



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 171230 - MA (2020/0062039-0)

RELATOR : MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE

SUSCITANTE : ZALTRON COMERCIO DE MATERIAIS P/ CONSTRUCAO LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

SUSCITANTE : ZALTRON TRANSPORTE E COMERCIO DE GRAOS LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

SUSCITANTE : CLAUDIR ANTONIO ZALTRON

SUSCITANTE : DAVI ZALTRON

SUSCITANTE : VALDIR ZALTRON

ADVOGADOS : CARLOS ROBERTO DENESZCZUK ANTONIO - SP146360

DANIEL MACHADO AMARAL - SP312193

THIAGO HAMILTON RUFINO - SP340316

SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DE BALSAS - MA

SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 1ª ESCRIVANIA CÍVEL DE GOIATINS - TO

INTERES. : ITAU UNIBANCO S.A

ADVOGADO : CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES - TO004258

EMENTA

CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. DEFERIMENTO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. MEDIDAS DE CONSTRIÇÃO SOBRE O PATRIMÔNIO DA EMPRESA RECUPERANDA. CRÉDITO EXTRACONCURSAL. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL PARA DECIDIR SOBRE A NATUREZA DO CRÉDITO E EXERCER O CONTROLE DOS ATOS DE CONSTRIÇÃO, A FIM DE SOPESAR A ESSENCIALIDADE DO BEM PARA A ATIVIDADE EMPRESARIAL. RECONHECIMENTO.

DECISÃO

Cuida-se de conflito de competência arguido por Zaltron Comércio de Materiais para Construção Ltda. - em recuperação judicial - e outras, em que apontam como juízos suscitados o Juízo de Direito da 2ª Vara Cível de Balsas/MA e o Juízo de Direito da 1ª Escrivania Cível de Goiatins/TO.

As suscitantes relatam que, em 17/7/2019, tiveram deferido seu pedido de processamento da recuperação judicial pelo Juízo da 2ª Vara Cível de Balsas/MA, o qual foi autuado sob o n. 0802385- 87.2019.8.10.0026.

Alegam, ainda, que, após o transcurso do *stay period* inicial, o Juízo universal, atentando-se ao princípio da preservação da empresa e à jurisprudência dominante, prorrogou a suspensão das ações e execuções por mais 180 (cento e

oitenta) dias.

Informam, também, que o Juízo da recuperação reconheceu a essencialidade dos bens móveis do Grupo Zaltron, pois a expropriação dos aludidos bens poderia inviabilizar a recuperação judicial, tendo em vista que os caminhões são utilizados no transporte de produtos agrícolas entre armazéns, transporte de insumos para o plantio de produtos agrícolas e entrega de produtos aos seus clientes.

A despeito das decisões proferidas pelo Juízo universal, o Juízo de Direito da 1ª Escrivania Cível de Goiatins/TO, nos autos das Ações de Busca e Apreensão n. 0002092-14.2020.8.27.2720, n. 0002093-96.2020.8.27.2720 e n. 0002094-81.2020.8.27.2720, deferiu a liminar para a apreensão de diversos veículos das recuperandas.

Asseveram, portanto, ser imperioso "o conhecimento do presente conflito positivo de competência, sendo injustificada determinação de constrição de bens pela 1ª Escrivania Cível do Foro da Comarca de Goiatins, tendo deixado de observar a determinação de suspensão do feito e atos de constrição, nos termos da decisão proferida pelo Juízo Recuperacional" (e-STJ, fl. 18).

Desse modo, pugnaram pelo deferimento de tutela de urgência para determinar a imediata suspensão das decisões proferidas nas ações de busca e apreensão, reconhecendo-se a competência do Juízo universal para a análise de questões urgentes.

No mérito, requerem a procedência do incidente para, confirmando a liminar, seja declarada a competência do Juízo recuperacional para decidir sobre os atos de constrição do patrimônio das recuperandas.

Após delimitar o objeto do incidente, liminar foi deferida por este signatário a fim de determinar a imediata suspensão de qualquer ato construtivo do patrimônio das suscitantes no bojo da Ação de Busca e Apreensão n. 0002092-14.2020.8.27.2720, em trâmite no Juízo de Direito da 1ª Escrivania Cível de Goiatins/TO, ficando designado o Juízo de Direito da 2ª Vara Cível de Balsas/MA para dirimir, em caráter provisório, as questões urgentes (e-STJ, fls. 132-137).

Prestadas informações pelos Juízos suscitados (e-STJ, fls. 141-147 e 167-169), o *Parquet* opinou pela declaração da competência do Juízo da recuperação (e-STJ, fls. 171-175).

Brevemente relatado, decido.

Na apreciação de casos análogos, o Superior Tribunal de Justiça vem adotando a orientação segundo a qual "a decisão que defere o processamento do pedido de recuperação judicial tem como um de seus efeitos exatamente a suspensão das ações e execuções individuais contra o devedor que, dessa forma, pode desfrutar de maior tranquilidade para a elaboração de seu plano de recuperação, alcançando o fôlego necessário para atingir o objetivo de reorganização da empresa" (CC n. 126.135/SP, Relatora a Ministra Nancy Andrigli, DJe 19/8/2014).

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. JUÍZO DE DIREITO E JUÍZO DO TRABALHO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PROCESSAMENTO DEFERIDO. NECESSIDADE DE SUSPENSÃO DAS AÇÕES E EXECUÇÕES. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PRECEDENTES.

1. Uma vez deferido o processamento da recuperação judicial, ao Juízo Laboral compete tão-somente a análise da matéria referente à relação de trabalho, vedada a alienação ou disponibilização do ativo em ação cautelar ou reclamação trabalhista.

2. É que são dois valores a serem ponderados, a manutenção ou tentativa de soerguimento da empresa em recuperação, com todas as consequências sociais e econômicas daí decorrentes - como, por exemplo, a preservação de empregos, o giro comercial da recuperanda e o tratamento igual aos credores da mesma classe, na busca da "melhor solução para todos" -, e, de outro lado, o pagamento dos créditos trabalhistas reconhecidos perante a justiça laboral.

3. Em regra, uma vez deferido o processamento ou, a fortiori, aprovado o plano de recuperação judicial, revela-se incabível o prosseguimento automático das execuções individuais, mesmo após decorrido o prazo de 180 dias previsto no art. 6º, § 4, da Lei 11.101/2005.

4. Conflito conhecido para declarar a competência do Juízo de Direito da Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Distrito Federal. (CC n. 112.799/DF, Relator o Ministro Luis Felipe Salomão, DJe 22/3/2011)

Há que se deixar assente, ainda, que, a despeito de o art. 6º, § 4º, da Lei n. 11.101/05 assegurar o direito de os credores prosseguirem com seus pleitos individuais passado o prazo de 180 (cento e oitenta) dias a partir da data em que deferido o processamento da recuperação judicial, a jurisprudência deste Tribunal tem mitigado sua aplicação, tendo em vista que tal determinação se mostra de difícil conciliação com o escopo maior de implementação do plano de recuperação da empresa.

A esse respeito, confira-se:

AGRAVO NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. MEDIDA LIMINAR. JUÍZES VINCULADOS A TRIBUNAIS DIVERSOS. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL PARA A PRÁTICA DE ATOS QUE IMPLIQUEM RESTRIÇÃO PATRIMONIAL.

- Depois da aprovação do plano de recuperação judicial, o destino do

patrimônio da sociedade empresária não pode ser afetado por decisões prolatadas por juízo diverso do que é competente para a recuperação, sob pena de prejudicar seu funcionamento, em violação ao princípio da continuidade da empresa. Precedentes.

- Não obstante o processamento do pedido de recuperação tenha sido determinado há mais de 180 dias, estando, portanto, esgotado o prazo previsto no art. 6º, parágrafo 4º, da Lei 11.101/2005, o que autorizaria o prosseguimento da reclamação trabalhista, o STJ já decidiu que, em situações excepcionais, alheias à vontade da recuperanda, essa regra comporta temperamento.

- Agravo não provido. (AgRg no CC n. 125.893/DF, Relatora a Ministra Nancy Andriighi, DJe de 15/3/2013)

Outrossim, deve-se ter em mente que é de competência do Juízo em que se processa a recuperação judicial verificar a natureza do crédito, isto é, se o crédito é concursal ou extraconcursal, conforme se verifica do seguinte precedente desta Corte:

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. CÉDULA DE PRODUTO RURAL. CESSÃO FIDUCIÁRIA. JUÍZO ACERCA DA ESSENCIALIDADE DO BEM PARA A ATIVIDADE EMPRESARIAL.

1. Há absoluta convergência, entre doutrina e jurisprudência, que, em conformidade com o princípio da preservação da empresa, o juízo de valor acerca da essencialidade ou não de algum bem ao funcionamento da sociedade cumpre ser realizado pelo Juízo da recuperação judicial, que tem acesso a todas as informações sobre a real situação do patrimônio da recuperanda, o que tem o condão, inclusive, de impedir a retirada de bens essenciais, ainda que garantidos por alienação fiduciária, da posse da sociedade em recuperação (art. 49, § 3º, da LRF).

2. É inviável, na estreita sede do conflito de competência, a deliberação acerca da natureza extraconcursal do crédito, o que é da estrita competência do Juízo da recuperação, a partir daí cabendo, se for o caso, os recursos pertinentes.

3. Conflito conhecido para declarar a competência do Juízo de Direito da Vara Cível de Sertãozinho/PR. (CC 153473/PR, Rel. Ministra Maria Isabel Gallotti, Rel. para acórdão Min. Luis Felipe Salomão, Segunda Seção, julgado em 09/05/2018, DJe 26/06/2018)

Ademais, afigura-se de todo inviável que, no bojo da correlata execução, seja autorizada a expropriação de bens essenciais à atividade empresarial e ao próprio soerguimento da empresa recuperanda, cabendo, por conseguinte, ao Juízo em que se processa a recuperação, necessariamente, exercer o controle sobre atos de constrição ou expropriação patrimonial, de modo a sopesar a essencialidade do bem à atividade empresarial, ainda que se trate de crédito extraconcursal.

A propósito, destaca-se o seguinte julgado:

DIREITO EMPRESARIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. CRÉDITO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS POSTERIOR AO PEDIDO. NÃO SUJEIÇÃO AO PLANO DE RECUPERAÇÃO E A SEUS EFEITOS.

PROSSEGUIMENTO DA EXECUÇÃO NO JUÍZO COMUM. RESSALVA QUANTO A ATOS DE ALIENAÇÃO OU CONSTRIÇÃO PATRIMONIAL. COMPETÊNCIA DO JUÍZO UNIVERSAL. PRINCÍPIO DA PRESERVAÇÃO DA EMPRESA.

1. Os créditos constituídos depois de ter o devedor ingressado com o pedido de recuperação judicial estão excluídos do plano e de seus efeitos (art. 49, caput, da Lei n. 11.101/2005). Isso porque, "se assim não fosse, o devedor não conseguiria mais acesso nenhum a crédito comercial ou bancário, inviabilizando-se o objetivo da recuperação" (COELHO, Fábio Ulhoa. Comentários à lei de falências e de recuperação de empresas. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 191).

2. Nesse diapasão, devem-se privilegiar os trabalhadores e os investidores que, durante a crise econômico-financeira, assumiram os riscos e proveram a recuperanda, viabilizando a continuidade de sua atividade empresarial, sempre tendo em mente que a notícia da crise acarreta inadvertidamente a retração do mercado para a sociedade em declínio.

3. Todavia, tal raciocínio deve ser aplicado apenas a credores que efetivamente contribuíram para o soerguimento da empresa recuperanda no período posterior ao pedido de recuperação judicial - notadamente os credores negociais, fornecedores e trabalhadores. Não é o caso, por exemplo, de credores de honorários advocatícios de sucumbência, que são resultantes de processos nos quais a empresa em recuperação ficou vencida. A bem da verdade, são créditos oriundos de trabalhos prestados em desfavor da empresa, os quais, muito embora de elevadíssima virtude, não se equiparam - ao menos para o propósito de soerguimento empresarial - a credores negociais ou trabalhistas.

4. Com efeito, embora o crédito de honorários advocatícios sucumbenciais surgido posteriormente ao pedido de recuperação não possa integrar o plano, pois vulnera a literalidade da Lei n.11.101/2005, há de ser usado o mesmo raciocínio que guia o art. 49, § 3º, da Lei n. 11.101/2005, segundo o qual mesmo os credores cujos créditos não se sujeitam ao plano de recuperação não podem expropriar bens essenciais à atividade empresarial, na mesma linha do que entendia a jurisprudência quanto ao crédito fiscal, antes do advento da Lei n. 13.043/2014.

5. Assim, tal crédito não se sujeita ao plano de recuperação e as execuções prosseguem, mas o juízo universal deve exercer o controle sobre atos de constrição ou expropriação patrimonial, aquilatando a essencialidade do bem à atividade empresarial.

6. Recurso especial parcialmente provido. (REsp 1298670/MS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 21/05/2015, DJe 26/06/2015)

A Segunda Seção desta Corte de Justiça, por ocasião do julgamento do CC 129.720/SP, confirmou o entendimento acima referido, conforme dá conta a ementa do julgado a seguir reproduzida:

CONFLITO DE COMPETÊNCIA - CRÉDITO TRABALHISTA CONSTITUÍDO APÓS O DEFERIMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL - ATO EXPROPRIATÓRIO ORDENADO PELO MAGISTRADO LABORAL GENÉRICO E SEM QUALQUER RESSALVA - ANTE A ESPECIFICIDADE DO CASO, COMPETE AO JUÍZO UNIVERSAL AVALIAR ACERCA DA

ESSENCIALIDADE OU NÃO DO BEM AO FUNCIONAMENTO DA EMPRESA - PRECEDENTES DO STJ.

1. Tratando-se de crédito trabalhista constituído depois de ter o devedor ingressado com o pedido de recuperação judicial, está excluído do plano e de seus efeitos (art. 49, caput, da Lei n.º 11.101/2005).
2. Ante a determinação de ato expropriatório genérico e sem ressalva determinado pelo magistrado trabalhista para a satisfação do crédito executado, compete ao juízo universal exercer o controle sobre atos de constrição patrimonial. Precedentes do STJ.
3. Conflito conhecido para declarar a competência do juízo da recuperação judicial. (CC 129.720/SP, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, Rel. para acórdão Min. Marco Buzzi, Segunda Seção, Dje 20/11/2015)

Ante o exposto, declaro a competência do Juízo de Direito da 2ª Vara Cível de Balsas/MA para decidir sobre a natureza do crédito buscado na Ação n. 0002092-14.2020.8.27.2720, em trâmite no Juízo de Direito da 1ª Escrivania Cível de Goiatins/TO, e exercer o controle sobre atos de constrição relativos ao patrimônio da suscitante, sopesando a essencialidade do bem à atividade empresarial, sem descuidar, se for o caso, do fato de que o crédito exequendo não se submete aos efeitos da recuperação judicial.

Dê-se ciência aos Juízos suscitados.

Publique-se.

Brasília, 19 de junho de 2020.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator